

O SILÊNCIO DOS OUVINTES: O BIBLIOTECÁRIO EM RELAÇÃO AO LEITOR SURDO

Adonai Takeshi Ishimoto - FFCLRP

Graduando de Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação

adonai.ishimoto@usp.br

Lucília Maria Sousa Romão - FFCLRP

Doutora em Psicologia

Professora do curso de Graduação em Ciências da Informação e da Documentação e do PPG em

Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

da Universidade de São Paulo (Brasil).

luciliasousa@gmail.com

“vezes cheguei perto para falar e não consegui/ Quantas vezes meus olhos falaram e você nem ligou/ Quantas vezes minhas mãos chamaram e você nem se importou...” (Shirley Vilhalva)

Resumo: Aborda o bibliotecário capacitado em atender e comunicar com leitores surdos seguindo as “Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos” (IFLA, 2000). Discute leis e normas que garantem a inclusão do surdo e os aspectos da comunicação como “troca de informações que podem levar à mudança” (MARTELETO, 1995, p. 17) Discorre sobre a Língua Brasileira de Sinais e também aborda a utilização de recursos tecnológicos e a adaptação do acervo da biblioteca. Objetiva levantar as habilidades e competências comunicacionais do bibliotecário. Três tentativas de entrevistar profissionais da saúde e um escritor apontam para as dificuldades de formação do bibliotecário capacitado, a dominação da cultura ouvinte sobre a surda e o silêncio encontrado que envolve o assunto.

Palavras-chave: Bibliotecário capacitado. Leitores surdos. Biblioteca inclusiva. Comunicação. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO: PARA MONTAR O QUEBRA-CABEÇA

Ao longo da história, o bibliotecário já teve alguns aspectos marcantes, como a imagem de um guardião de livros, um técnico focado apenas na conservação do acervo e até a imagem de “rato de biblioteca”. Nos últimos anos, porém, circula a ideia de que um bom bibliotecário é aquele que recusa essa imagem antiquada e procura atender e satisfazer as necessidades dos leitores (CABRAL, 1993);

mais ainda, ele acompanha e participa das mudanças sociais, além de assumir a função de mediador e facilitador entre seu espaço de atuação, acervo e leitores¹.

É indispensável, então, que o atendimento e os serviços prestados por esse profissional atinjam diversos tipos de leitores, de modo que se atribui ao bibliotecário o importante papel de auxiliador e de mediador, que resultará em efeitos de inclusão e interação social. Assim, a equipe de funcionários, juntamente com o bibliotecário, por meio de atividades e ações acessíveis, pode estabelecer cruzamentos entre os caminhos de cada grupo e comunidade que integra a sociedade, dentro e também fora das bibliotecas; isso para que haja o cumprimento dos princípios norteadores de denominada “biblioteca inclusiva”. Esta, quando acessivelmente estruturada, torna-se um espaço de encontro para leitores das mais diversas camadas sociais, que compartilham e colocam em divergência múltiplos aspectos culturais, com diferentes níveis de instrução e conhecimento, agregando também leitores marginalizados e minorias em geral ao público frequentador. De acordo com a IFLA (2000 p.16) “As bibliotecas tornam-se, por natureza, centros culturais importantes em suas comunidades e geralmente proveem programas culturais e sociais”.

Para isso, esse espaço cultural e social deve estar apto também a atrair públicos que muitas vezes estão às margens, à procura de serviços prestados de forma acessível. O bibliotecário capacitado possibilitará o desenvolvimento desses sujeitos que possuem dificuldade no contato com a leitura e o mundo dos livros, como por exemplo a parcela de deficientes auditivos, que ainda sofre com a falta de informações acessíveis e de acervos adequados e com o escasso atendimento específico e eficaz, o que pode, até mesmo, torná-los desmotivados para a inserção e integração social. A deficiência auditiva atinge 5,1% da população brasileira (IBGE, 2010) e dificulta a comunicação e aprendizado dos sujeitos, dos quais muitos já nasceram surdos e apresentam grandes dificuldades com leitura e escrita. Considerando isso, as bibliotecas - e principalmente o bibliotecário - podem ser fortes (ou ao menos deveriam ser...) pilares que darão base ao sujeito deficiente auditivo no processo de desenvolvimento da escrita e da leitura, facilitando o aprimoramento da comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais e outros recursos; e conseqüentemente, os serviços prestados serão capazes de auxiliar o leitor surdo da biblioteca a reivindicar seus direitos à cidadania e à vida em comunidade.

Nos termos do que introduzimos aqui, esse artigo busca destacar a importância do bibliotecário no atendimento inclusivo a leitores com surdez. Nesse sentido, argumenta-se que a biblioteca (não somente, mas principalmente a pública), esteja preparada para atender a todas as demandas de qualquer leitor, incluindo também deficientes auditivos. De saída, postulamos o bibliotecário será a peça fundamental para montar o quebra-cabeça composto por outros itens ligados ao profissional, que serão abordados ao decorrer de nossa escrita.

2 MONTANDO O QUEBRA-CABEÇA

2.1 Reunindo as primeiras peças: acessibilidade e o deficiente auditivo

*“Eu danço de cadeira de rodas no baile.
Eu leio o Universo em braille.
Eu canto em libras
a minha canção
de amor à vida, com todas as fibras
do meu coração.”*

Rita de Cássia Brígido Feitoza²

¹ Neste trabalho, optamos por utilizar o termo “leitor” para designar os frequentadores de bibliotecas, já que o termo “usuário” faz falar a memória social e discursivamente construída para dizer de atividades cotidianas, na maioria das vezes com efeitos pejorativos. Usuários de drogas, usuários de sistemas, usuários do transporte são alguns desses indícios.

² Analista Judiciário – TRE-CE

Os versos selecionados da poesia “O voto e a Acessibilidade” ilustram o sentido de independência de que a acessibilidade dispõe, sentido que é corroborado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, título III, art. 67 “A acessibilidade é direito fundamental e será assegurada a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida” (BRASIL, 2013, p.16).

Há um esforço entre a comunidade surda, os ouvintes interessados e diversos órgãos, sendo ou não governamentais, para garantir direitos ao deficiente auditivo (DA) e na tentativa de transformar todos os espaços físicos (como a biblioteca) e virtuais (como um acervo disponível na rede) acessíveis para qualquer cidadão. Como a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que garante aos cidadãos portadores de deficiência meios e condições acessíveis para todos os fins, como vias e transporte público, e ainda para locais públicos, iniciamos o nosso percurso tomando o termo “acessibilidade” da seguinte forma:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000, art.2º, I).

Entretanto, o deficiente auditivo busca apoio e auxílio inclusivo e, dentro de uma biblioteca, muitas vezes não tem suas necessidades saciadas, pois o espaço físico não apresenta estrutura simples para garantir o acesso ao local, como placas indicando serviços, e recursos visuais que possibilitem uma autonomia espacial do surdo. Ocorre também a falta de recursos materiais e tecnológicos em relação ao acervo. E, frequentemente, o bibliotecário não tem o domínio da língua brasileira de sinais (LIBRAS) o que dificulta o processo de comunicação entre o surdo e o profissional e conseqüentemente impede o leitor deficiente de utilizar produtos e serviços que deveriam ser para todos. Cabe, então, ao bibliotecário e sua equipe a adaptação do espaço e principalmente ao atendimento inclusivo, que garantirá o acesso ao acervo e conseqüentemente, à informação. Essas medidas de promoção à acessibilidade em bibliotecas são garantidas juridicamente, como a Lei nº 10.098/2000. No art. 12 lê-se que

[...] os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

E de acordo com a ABNT (NBR – 9050, 2004, pág.88), dentro de uma biblioteca pública, “pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis.” Ainda é recomendado que pelo menos outros 10% sejam acessíveis.

A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°. (ABNT, 2004, p.88).

Os projetos de bibliotecas inclusivas que seguem outras leis além das já descritas e que se encaixam nos padrões da ABNT, garantem de forma legal que os espaços e o acervo sejam acessíveis para qualquer leitor, incluindo o surdo. Porém, não é garantido por lei que o bibliotecário tenha conhecimento da LIBRAS ou que tenha treinamentos específicos para atender leitores dos mais diversos graus de deficiência auditiva. E para que o processo de inclusão se complete, é necessário que

o bibliotecário esteja ciente de seu papel comunicacional e de peça-chave para o acesso límpido de deficientes auditivos às informações contidas na biblioteca.

Vale ressaltar que “surdos comunicam-se com ouvintes de várias formas. Dependendo de sua formação, grau de perda auditiva, identidade cultural e do contexto, surdos podem utilizar a língua de sinais, a fala, a escrita, gestos, ou qualquer combinação desses meios.” (IFLA, 2000, p.10). Ou seja, o bibliotecário terá um leque de possibilidades para comunicar-se com os leitores surdos, como a Língua Brasileira de Sinais e outras formas de comunicação. Contudo, é crucial para essa comunicação que o bibliotecário tenha um conhecimento básico sobre a comunidade surda e a deficiência auditiva, que garanta assim, atender o portador de necessidades especiais (NE) dentro da unidade. Segundo o livro “Educação especial: Deficiência auditiva”, publicado dentro do acordo MEC/UNESCO

[...] denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado *surdo* o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e *parcialmente surdo*, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (MEC, 1997, p. 31).

A deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida e existem dois tipos principais da perda de audição. Um que afeta o ouvido externo ou o médio, provocando a dificuldade na “transmissão” do som e geralmente são distúrbios tratáveis. O outro se caracteriza quando afetado o ouvido interno, e nesse, no entanto, tem-se a dificuldade neurossensorial, deficiência irreversível (MEC, 1997). Uma conversa é categorizada com cerca de 70 decibéis (dB), enquanto a decolagem de um avião com cerca de 120 decibéis. Logo, uma perda de cerca de 30 dB é classificada como deficiência auditiva leve e o paciente ainda recebe estímulos sonoros. Já uma perda de 95 dB ultrapassa uma deficiência auditiva profunda, ou seja, a pessoa não recebe estímulo sonoro algum. (MEC, 1997, p.46). No Brasil, de acordo com o censo demográfico de 2010, cerca de 9,7 milhões de pessoas declararam ter deficiência auditiva (5,1% dos brasileiros). Deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas tem grande dificuldade de ouvir. (IBGE, 2010)

A deficiência em questão afeta e modifica as percepções, reações, aprendizado e também as formas de comunicação de quem dela é portador, havendo grande dificuldade de receber estímulos sonoros que seriam transformados em informação. Segundo Hayakawa (1977, p.35) “a maior parte das informações [...] chegam até nós por via oral”, logo a deficiência auditiva cria barreiras na aprendizagem e nas relações entre surdos e ouvintes, ampliando as diferenças. Dessa forma, os deficientes auditivos “relacionam-se” com o mundo e seus estímulos de formas distintas quando comparados aos ouvintes, isto é, a dificuldade ou a não possibilidade de escutar modifica de todas as maneiras a percepção dos surdos, que por meio de suas interpretações adquirem e desenvolvem características específicas da comunidade surda, o resultado é a “cultura surda” e muitas vezes essa cultura se choca com a cultura dos ouvintes.

Esses choques criam “distâncias” entre a cultura surda (cultura do deficiente auditivo) e a cultura do ouvinte (cultura do indivíduo capaz de escutar) e desloca o deficiente para as margens, pela falta de acessibilidade nos meios de comunicação e de transmissão do conhecimento. Segundo Sacks (2010, p.17) “não é apenas o grau de surdez que importa”, pois esse indivíduo também tem suas crenças, seus princípios, sua forma de enxergar o mundo e se relacionar com ele, ou seja, o leitor com deficiência auditiva também se interessa por outros assuntos a partir da sua cultura, como outro leitor qualquer.

2.2 Outras peças fundamentais: LIBRAS, outros recursos comunicacionais e acervo inclusivo

Inicialmente, para definir “LIBRAS”, a Lei Nº 10.436 de 2002 apresenta

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p.23).

E segundo Carvalho (2007, p.4)

[...] a língua não é de um país, mas de um povo que se autodenomina povo surdo, isto é, pessoas que se reconhecem culturalmente – e não pela ótica ‘medicalizada’ -, e possuem organização política e habilidades, nas quais a habilidade visual é a principal, constituindo o cerne da expressão linguística.

Isto é, a Língua de Sinais se encontra dentro de uma cultura em movimento, entre pessoas que se identificam e compartilham ideias a partir dela. Além de possuir características e variações como qualquer outra língua, o que a garante ainda mais como língua e pertencente à cultura surda (RIBEIRO, 2013). O fato de a Língua de Sinais ter reconhecimento legal garantiu avanços na educação e comunicação para milhões de deficientes auditivos, ampliando também novas medidas de propagação e desenvolvimento dessa língua. Outro ponto importante é que recuperar o histórico das línguas de sinais do mundo é uma tarefa complicada, pois como apresentado por Ramos (2004, p.2):

Pelo fato de as Línguas de Sinais serem ‘faladas’, sem registro escrito, existe muita dificuldade de se localizarem as origens das mesmas. Por se tratarem também de comunidades pequenas e não reunidas geograficamente, o que se conhece até hoje sobre os surdos e suas Línguas de Sinais ainda é pouco.

No Brasil, a LIBRAS recebeu fortes influências da Língua Francesa de Sinais, desde 1855, quando Dom Pedro II mandou trazer do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, o professor surdo Ernest Huet, para que o trabalho com os surdos estivesse atualizado com as novas metodologias educacionais. A publicação mais importante encontrada sobre a Língua Brasileira de Sinais é de 1873, a “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, do aluno surdo Flausino José da Gama, com ilustrações de sinais separadas por categorias. No prefácio do livro, é explicado que o trabalho recebeu inspirações de um livro francês. (RAMOS, 2004). A tentativa no final da década de 1960 de oficializar a Língua de Sinais, que foi rejeitada, o lançamento do Dicionário Enciclopédico Ilustrado de LIBRAS em 2001, pelo Professor Doutor Fernando Capovilla e também, em 2002, o Dicionário LIBRAS/Português em CD-ROM ampliaram as atividades e pesquisas para esse campo. (RAMOS, 2004). Por fim, na Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, p.23). Dessa forma, garantiram-se a representação legal e a valorização da Língua de Sinais frente à cultura dominante do ouvinte.

Partindo da importância da Língua de Sinais, garantida como língua por lei, o profissional pode e deve ter esse recurso comunicacional dentre vários para abordar e auxiliar esses leitores com necessidades especiais. Ao dominar a LIBRAS, o bibliotecário exercerá seu papel de mediador da informação e contribuirá para a inclusão do deficiente auditivo. Existem, porém, outras formas de comunicação entre ouvintes e surdos, pois como já apresentado, a comunicação pode ser por meio de gestos, fala, escrita ou a combinação dessas formas (IFLA, 2000). Logo, há outras possibilidades de estabelecer uma comunicação entre o bibliotecário ouvinte e o leitor com deficiência auditiva. Um Telefone de Texto é um bom recurso tecnológico que facilitará a comunicação do leitor com necessidades especiais, pois oferece ao deficiente auditivo certa autonomia para se comunicar dentro da biblioteca e até para chamadas telefônicas externas.

De acordo com Otorrinhos Hospital³ (2015), denominado como “terminal telefônico para surdos” no Brasil, o aparelho auxilia o portador de necessidades especiais na comunicação com

³ Empresa privada especializada em tratamento de doenças de ouvido, garganta e nariz, oferece em sua página eletrônica detalhes do uso de um Terminal Telefônico para Surdos. Disponível em: <http://www.otorrinoshospital.com.br/como-funcionam-os-telefones-para-deficientes-auditivos.html> acesso em: 2015-11-02.

ouvintes para diversos fins, sejam pessoais e inclusive profissionais. O deficiente auditivo entra em contato com um assistente na central pelo número 142 disponível em todo o Brasil e esse mediador conecta o destinatário ao deficiente. As mensagens faladas pelo ouvinte são escritas pelo assistente para que o surdo consiga ler e responda digitando a mensagem, que para ser entregue ao destinatário, é lida pelo assistente.

Esse recurso pode atrair a comunidade surda para dentro da biblioteca, na qual o bibliotecário pode dar suporte ao leitor e proporcionar uma melhor interpretação da mensagem escrita, traduzindo-a para LIBRAS. A IFLA sugere também a obtenção de amplificadores sonoros, para controlar o volume dos telefones disponíveis ou até para as caixas de som utilizadas para recados e outras mensagens. Ainda apoiado nesse documento, uma possibilidade comunicacional eficaz pode ser realizada através do e-mail

[...] o correio eletrônico (e-mail) tem sido, comprovadamente, um modo de comunicação altamente efetivo entre surdos e entre surdos e ouvintes; e, nos locais onde serviços de Internet estão disponíveis, deve ser disponibilizado acesso à biblioteca pelo correio eletrônico (IFLA, 2000, p.11).

Dentre as várias formas apresentadas para uma boa comunicação, é importante ressaltar que todas dependem de recursos financeiros e uma boa administração e controle. É evidente também que muitos deficientes auditivos nunca tiveram acesso a outras técnicas de auxílio, o que praticamente anula o uso dessas tecnologias. Porém, todas as medidas tomadas em relação à comunicação garantirão um bom desenvolvimento pessoal e social do leitor portador de necessidades especiais. Outro ponto benéfico do investimento nos recursos comunicacionais e da aplicação da LIBRAS, ou a união dos elementos citados, é que eles podem atrair parte da comunidade surda para o acervo, ou seja, o acesso a esse acervo e conseqüentemente à informação contida na unidade.

Para um acesso “sem barreiras” à informação é necessário que o acervo seja inclusivo e que supra as necessidades dos leitores. “Unificando o livro, imagem, ou melhor, livro e mídia, vislumbro um futuro com mais dignidade, compreensão do mundo e com opinião mais contemporânea para as crianças/adultos surdos.” (ROSA, 2006, p.63). O acervo é parte vital de uma biblioteca e o mesmo deve atender às necessidades da comunidade, e como Rosa (2006) sugere, a união do livro com a mídia podem garantir um desenvolvimento digno para crianças e adultos surdos. Sendo assim, os objetos desse acervo devem circular e cumprir seu papel informacional. Sendo circulante, o acervo deve ser composto para sanar todas as demandas da comunidade, inclusive da comunidade surda de modo que os portadores de necessidades especiais possam encontrar o que procuram no acervo geral. No entanto é essencial a presença de materiais voltados para os deficientes auditivos e que ambos sejam acessíveis ao leitor. Esse material presente no acervo geral, como ação inclusiva, é indicado que esteja relacionado com o restante do acervo. E ainda, manter a coleção disponibilizada a fim de atender os interesses da comunidade surda e também dos ouvintes, com conteúdo sobre legislação, histórico da surdez, LIBRAS, escritores, artistas e indivíduos surdos que se destacaram, entre outros assuntos de interesse pertencentes à comunidade surda. (IFLA, 2000).

Contudo, destacam-se os materiais adaptados, pois, o deficiente auditivo apresenta outras necessidades as quais não são sanadas por um material produzido para a cultura dominante do ouvinte. O acervo requer então materiais que trabalhem com o estímulo visual, pois, segundo Rosa (2006, p.59) “[...] o surdo utiliza a visão para obter informações, a união da mídia e da literatura cria condições para que haja um fortalecimento da identidade, cultura e de conhecimento da surdez”. Os livros adaptados com imagens ampliadas e mais detalhadas auxiliarão o leitor com surdez na captura da informação. Recuperado do documento já citado ao longo desse trabalho, tem-se que

[...] as bibliotecas devem se empenhar na aquisição de materiais que possam ser compreendidos por tantos usuários quanto possível. Além disso, as bibliotecas devem desenvolver e ativamente manter um acervo de materiais de grande interesse, que seja escrito especialmente com vocabulário direto e simples, e que seja bastante ilustrado, quando apropriado, de forma que possa ser facilmente

entendido por pessoas que ainda não adquiriram domínio completo da língua local oral e escrita, incluindo-se muitos surdos assim como pessoas de outras minorias linguísticas (IFLA, 2000, p.14).

Outra forma de tornar os livros acessíveis é adaptar as obras, operação semelhante às adaptações feitas para quadrinhos, em que as histórias ganham outro visual e atraem outros leitores. De forma semelhante, as histórias podem ser adaptadas para o público com deficiência auditiva. Note-se que “O livro é importante para informação, para o aprendizado e que é possível adaptar as histórias clássicas contadas, geralmente para ouvintes, para os surdos.” (ROSA, 2006, p.59). Além do material impresso, outros tipos podem ser disponibilizados de forma acessível, como documentários legendados, filmes com aparelhos adaptáveis, vídeos com a tradução para LIBRAS, mas também, com características semelhantes aos livros e outros impressos: com conteúdo interessante, de qualidade e de fácil compreensão.

Portanto, o acervo deve ser enriquecido com diversos materiais, impressos e em formato de mídia visual, para garantir que as necessidades dos leitores se resolvam, pois “Como a visão é o canal principal de conhecimento do mundo para os surdos, as mídias visuais oferecem um meio particularmente efetivo de comunicar informações” (IFLA, 2000, p.14).

2.3 Encaixando a peça principal: a capacitação do bibliotecário

O sujeito bibliotecário é o mediador entre a informação e o leitor que a busca, como uma ponte, o qual o profissional liga o leitor ao acervo da unidade, com o propósito de solucionar e atender as demandas da comunidade. Para alcançar essa meta, cabe ao bibliotecário o papel comunicacional, apropriando-se de uma postura proativa a fim de atender os leitores de forma clara e capaz de cumprir efetivamente a troca de informações por meio da comunicação, pois, de acordo com Marteleto (1995, p.17) “a comunicação e a interação pessoais, o acesso e a troca de informações que podem levar à mudança”. A comunicação é o elemento primordial para tornar comum um dado, a mensagem enviada pelo emissor (no caso o bibliotecário) é composta por “[...] unidades menores que resultam de uma associação entre um estímulo físico e uma ideia” (BLIKSTEIN, p.32).

E para tornar-se um dado comum, é necessário que o receptor da mensagem (no caso o leitor da biblioteca) consiga decodificar essa mensagem. Em outras palavras, receber o estímulo físico e capturar a ideia que o mesmo “carrega”. Não obstante, são inúmeros os fatos que criam “ruídos” durante a comunicação, e, nas palavras de Blikstein (1985, p.47). “É bom lembrar que cada indivíduo tem uma determinada experiência e um certo grau de conhecimento: ele pode saber de muitas coisas e ignorar completamente outras”. Válido para todos os emissores e receptores, os ruídos modificam e/ou impedem uma comunicação de qualidade, mas é importante que ambos se esforcem para estabelecerem um ato comunicativo. Esse esforço também está relacionado ao conhecimento do repertório dos indivíduos em questão. “O repertório vem a ser, portanto, toda uma rede de referências, valores e conhecimentos históricos, afetivos, culturais, religiosos, profissionais, científicos etc.” (BLIKSTEIN, 1985, p.49). Dessa forma, o repertório de qualquer leitor com deficiência auditiva é diferentes de outro leitor “comum” e ainda diferente dentre os próprios surdos. Entretanto, existem “padrões” que auxiliam na comunicação entre ouvintes e deficientes auditivos, como a LIBRAS, e cabe ao bibliotecário articular, desenvolver e aprimorar seus conhecimentos comunicacionais para atender essa demanda. Sobre a comunicação, as “Diretrizes para serviços de Bibliotecas para Surdos” destacam que

[...] bibliotecários precisam estar atentos a essas variações e às controvérsias com relação à educação e aos modos de comunicação, de forma a poder constituir um acervo compreensivo e imparcial de materiais sobre surdez e temas relacionados, que sejam de interesse para surdos e ouvintes (IFLA, 2000, p.6).

Uma tentativa de dissipar alguns ruídos entre leitores com deficiência auditiva é a formação e capacitação do bibliotecário inclusivo, que, segundo Machado (2012, p.85) “O bibliotecário inclusivo é aquele que busca incessantemente inovar sua postura, rever seus conhecimentos e renovar sua

conduta". Ainda de acordo com Machado, boa parte dos cursos superiores de Biblioteconomia e Ciência da Informação em universidades públicas federais apresentam disciplinas com vertentes sobre acessibilidade. Em seu estudo, foram analisados 16 currículos de cursos de biblioteconomia de 16 universidades federais e dentre as disciplinas sobre acessibilidade encontradas, pouco mais de 60% contemplam LIBRAS (MACHADO, 2012. p.82). Os valores recuperados apontam para o reconhecimento da LIBRAS como ferramenta comunicacional relevante para a formação dos bibliotecários.

Segundo o MTE, dentre uma lista de competências pessoais para o profissional bibliotecário, destaca-se dois itens relacionados ao tema discutido "demonstrar conhecimento de outros idiomas" e "demonstrar capacidade de comunicação". Admitido então, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, é parte integrante das competências de um bibliotecário a habilidade comunicacional e o domínio de outros idiomas, como a LIBRAS, já que a mesma é garantida como língua por lei (BRASIL, 2002, p.23).

Então qual a melhor forma de capacitar o bibliotecário? Tomado como benéfico às capacitações de comunicação, LIBRAS e outros recursos, cabe às instituições de ensino superior, em seus cursos de biblioteconomia reformularem suas grades curriculares, as quais várias ainda não atendem à esses quesitos, adicionando disciplinas optativas que visam a inclusão e outras formas de comunicação acessíveis. Isto é, apesar de documentos relevantes já citados e até leis que tentam garantir a inclusão dos portadores de necessidades especiais, é notório que na prática não se realiza como o idealizado. Como veremos a seguir, o silêncio não está apenas nos surdos, os caminhos para a inclusão tornam-se justos no papel, enquanto boa parte da realidade mantém-se travada, com barreiras do desrespeito. A comunidade ouvinte mantém sua posição de cultura dominante, oprime-se a cultura surda, mantém-se seu silêncio.

3 METODOLOGIA: CAMINHOS SILENCIADOS

A pesquisa do tipo exploratória "têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias [...]" (GIL, 2002, p.41) e busca desenvolver a relação com o problema, o qual neste trabalho trata-se da falta de comunicação entre leitores surdos e bibliotecários. O levantamento bibliográfico é composto por diversos tipos de materiais que contemplam o problema e os objetivos da pesquisa, embasando a mesma em leis, normas e documentos oficiais em relação à população alvo, isto é, são recolhidas informações sobre a comunidade surda, sua cultura e também o levantamento das competências e habilidades dos bibliotecários que devem ser desenvolvidas para a relação entre os grupos citados.

Dessa forma, foi delineado para o método de coleta de dados a utilização de documentos, tanto pessoais, como o e-mail fornecido pela vice coordenadora do curso de Ciência da Informação da UFSCar e também as grades curriculares dos cursos de Ciência da Informação e/ou Biblioteconomia das universidades públicas do estado de São Paulo, disponíveis na rede. A escolha dessa delimitação dos cursos pretende apontar o oferecimento de disciplinas que abordam questões sobre acessibilidade e LIBRAS. Mas também, para a compreensão, foi utilizado o método de entrevistas com um indivíduo voluntário surdo, duas fonoaudiólogas e um escritor surdo.

Obtivemos escasso retorno das entrevistas e como a pesquisa bibliográfica permite um planejamento flexível (GIL, 2002) foi decidido apresentar como dados para análise a falta de informações, apontadas pelos documentos e entrevistas citados. As próximas informações contidas na análise de dados apontam e exemplificam o problema da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS: SEM RESPOSTAS, UM QUEBRA-CABEÇA EM BRANCO

*Minha vontade de contar coisas bonitas ia morrendo...
Meus olhos iam se apagando...
Minhas mãos iam silenciando...
E eu me sentia só, num mundo que não era meu...*

Shirley Vilhalva

Com o propósito de confirmar a importância do bibliotecário capacitado para o leitor deficiente auditivo, dois e-mails foram enviados para duas fonoaudiólogas questionando a eficácia de serviços que poderiam ser prestados por bibliotecários capacitados. E um outro e-mail para um escritor surdo questionando a inclusão em bibliotecas em suas experiências. Nenhuma resposta foi obtida. A não-obtenção de resposta é um fator que pode ser analisado como uma falta de conscientização das comunidades em relação aos serviços da biblioteca, que de acordo com a IFLA (2000) é necessário que o bibliotecário divulgue tais serviços e que o mesmo tenha capacitação para exercê-los. Como Machado (2012), buscou-se disciplinas que contemplassem o ensino de LIBRAS e outros recursos de inclusão em quatro grades curriculares dos cursos de biblioteconomia de universidades públicas no estado de São Paulo, sendo os cursos: Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação da USP de Ribeirão Preto⁴; Biblioteconomia e Documentação da USP de São Paulo⁵; Biblioteconomia da UNESP de Marília⁶ e Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar de São Carlos⁷.

Apresentam, nos portais de cada universidade, os nomes e resumos de todas as disciplinas obrigatórias, algumas com referências e algumas formas de avaliação e após a procura pré-estabelecida em cada grade curricular, não foram encontradas nenhuma disciplina que contemplasse LIBRAS ou acessibilidade. Isto é, no estado de São Paulo, nenhum curso dos quatro selecionados apresenta alguma disciplina sobre LIBRAS ou acessibilidade como obrigatória. O curso de Biblioteconomia de Ribeirão Preto aceita, como matéria optativa, a disciplina com fundamentos em LIBRAS oferecida pelo curso de Pedagogia, já que é garantido por lei o oferecimento dessa disciplina em cursos superiores dessa área. Estamos diante de outra dificuldade encontrada em relação à formação do bibliotecário: não se garantem por lei disciplinas sobre o assunto citado e ainda tem-se uma desmotivação de diversas instâncias. Ao receber uma resposta, por e-mail, do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar, a vice coordenadora do curso, professora Chloe esclarece:

Penso que exista a possibilidade de cursar a disciplina apenas como eletiva ou optativa, mas a possibilidade de conseguir uma vaga na disciplina fica a critério do departamento que oferta a disciplina. Sei que temos alunos atualmente cursando a disciplina, mas após várias tentativas de se matricular nela (E-MAIL PESSOAL, recebido em 2015-10-02).

A dificuldade imposta em aceitar as matrículas representa como dentro do próprio espaço de conhecimento e formação do cidadão e do profissional também são espaços interditados. Ou ainda, silenciados, como o caso de J. Carlos, vinte anos de idade, de São Paulo, capital, deficiente auditivo desde criança e com domínio em LIBRAS e dificuldades em ler e escrever. Ao ser perguntado por meio do aplicativo “whatsapp” em uma mensagem pessoal se ele conhece e frequenta alguma biblioteca, o mesmo respondeu que nunca fora incentivado a frequentar uma biblioteca e que não tem conhecimento dos serviços que podem ser prestados. Esse breve relato se contrapõe aos objetivos do documento da IFLA (2000) que na teoria, deveriam ser divulgados e incentivados o uso de produtos e serviços para surdos, enquanto na realidade, encontramos caminhos fechados e silenciados que instigam a levantar outras questões acerca do assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVAS PEÇAS PARA OUTROS MOVIMENTOS

Ao longo da discussão teórica, articulou-se entre leis, normas, diretrizes, documentos e outros materiais que promovem a inclusão dentro de bibliotecas e tentam garantir que as diferenças sejam dissipadas entre ouvintes e surdos através de atendimentos inclusivos do bibliotecário. Esse profissional deve ter competências comunicacionais, como assegura o MTE (2015), para atender os

⁴ Disponível em: http://www.etapa.com.br/infocurriculares/grades/usp_cien_inf_doc.pdf

⁵ Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/cbd/disciplinas>

⁶ Disponível em: http://www.etapa.com.br/infocurriculares/grades/unesp_bibliotecon.pdf

⁷ Disponível em: http://www.etapa.com.br/infocurriculares/grades/ufscar_biblio_cien_inf.pdf

leitores da unidade e ainda ser capacitado para atender outros leitores com necessidades especiais, como assegura a IFLA (2000), por meio de oficinas e/ou disciplinas ao longo de sua formação. Destaca-se a importância do bibliotecário capacitado, porém muitos cursos superiores ainda apresentam falhas em sua estrutura curricular, limitando o processo de aprendizagem dos discentes dos cursos de biblioteconomia, como analisado anteriormente.

Consequentemente, existem outros furos que são ainda mais complexos e que envolvem outros pontos. Ainda que exista todo o suporte documentado, legal e levantado, na prática, as situações fogem do controle: a biblioteca como um espaço de depósito, o preconceito em relação às capacidades dos surdos, falta de envolvimento familiar em relações de aprendizagem e lazer, etc. são pontos que ampliam as dificuldades enfrentadas pelos leitores surdos que são marginalizados dentro de um espaço que deveria ser inclusivo. A reflexão levantada ao longo do trabalho apresenta o bibliotecário como o profissional capaz de democratizar a unidade e promover a inclusão de todos os grupos sociais. Logo, é necessário o processo de capacitação e desenvolvimentos das suas competências durante a graduação e posteriormente, no intuito de construir um perfil proativo e comunicativo. A biblioteca refletirá esse perfil, atraindo frequentadores de diversos grupos, inclusive os surdos. A comunicação e o atendimento inclusivo por parte do bibliotecário permitirão ao leitor surdo um espaço atraente para seu desenvolvimento educacional e aumentarão as chances de inclusão e interação social.

THE HEARERS' SILENCE: THE LIBRARIAN REGARDING TO THE DEAF READER

Abstract: *Addresses the trained librarian to meet and communicate with deaf readers following the "Guidelines for library services to deaf" (IFLA, 2000). Discusses laws and regulations that ensure the inclusion of deaf and aspects of communication as "exchange of information that can lead to change" (MARTELETO, 1995, p. 17) Discusses the Brazilian Sign Language and also addresses the use of technological resources and the adaptation of the library collection. Aims to raise the skills and communication skills of the librarian. Three attempts to interview health professionals and a writer points to the difficulties of training the qualified librarian, the domination of the listener culture of the deaf and found the silence that surrounds it.*

Keywords: *Qualified librarian. Deaf readers. Inclusive library. Communication. Inclusion.*

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2004.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Editora Ática, p. 26-59, 1985.

BRASIL. Congresso Nacional: **estatuto da pessoa com deficiência**. Título III Da acessibilidade, art. 67, p.16.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Art. 2º, I.

BRASIL. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Art. 1º, p.23.

Biblionline, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 31 – 42, 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial: Deficiência auditiva**. Brasília: SEESP, 1997. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002295.pdf> > acesso em: 2015-10-25.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Disponível em <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> > acesso em: 2015-10-10.

BUENO, José Geraldo S. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.19 n.46, set. 1998.

CABRAL, Maria Luísa. Porquê ser bibliotecário. In: CABRAL, Maria Luísa. **Bibliotecas acesso, sempre**. Lisboa: Colibri, 1996, p.41-44.

CARVALHO, Rodrigo. Língua de Sinais Brasileira e Breve Histórico da Educação Surda. **Revista virtual de cultura surda**. Rio de Janeiro: Ed. 7, n. 2. 2007.

CHLOE. **Dúvida sobre a grade curricular – LIBRAS**. Mensagem pessoal recebida por <ccbci.ufscar@gmail.com> em 2 de out. 2015.

CONEGLIAN, André Luís Onório; CASARIN, Helen de Castro Silva. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos**. IFLA relatórios profissionais, 2000.

FEITOZA, Rita de Cássia B. O voto e a Acessibilidade. Disponível em: <<http://www.tre-sp.jus.br/arquivos/tre-ce-poema-acessibilidade/view> > Acesso em: 02/10/2015.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 4ª edição, 2002.

HAYAKAWA, S. I. **A linguagem no pensamento e na ação**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977, p.9-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACHADO, Maria. **Análise curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade**. 2012. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

OTORRINOS, Hospital. **Como funcionam os telefones para deficientes auditivos**. Disponível em <<http://www.otorrinoshospital.com.br/como-funcionam-os-telefones-para-deficientes-auditivos.html> > acesso em 2015-11-02.

RAMOS, Clélia. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. **Revista virtual de cultura surda**. 2004.

Biblionline, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 31 – 42, 2015

RIBEIRO, Larissa V. **O papel do bibliotecário escolar na educação de surdos**: promovendo o acesso a informação por meio da LIBRAS. 2012, 11 f. Faculdade de ensino superior Dom Bosco, 2012.

ROSA, Fabiano Souto. **Literatura surda: criação e produção de imagens e textos**. In: ETD - Educação Temática Digital, 2006. 7, 2, pp. 58-64. Disponível em <http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10158/ssoar-etd-2006-2-rosa-literatura_surda_criacao_e_producao.pdf?sequence=1> acesso em 2015-09-12.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p.15-19.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2004.